

ENTRE A AUTONOMIA E O CONTROLE: UMA ANÁLISE DE UM PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA JOVENS POBRES

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. – UFMG – gleao@fae.ufmg.br

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: PRPQ-UFMG / FAPEMIG

1 Introdução

Neste artigo são apresentados os resultados de uma pesquisa sobre o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social no Município de Belo Horizonte. Trata-se de um programa de transferência de renda para jovens pobres do governo federal, desenvolvido em parceria com os municípios e voltado para jovens entre 15 e 18 anos, provenientes de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, em situação de risco social.¹ A pesquisa compreendeu o estudo dos pressupostos que estruturam o programa no município, o acompanhamento e a observação de campo das atividades desenvolvidas em uma turma durante um semestre, a realização de entrevistas com gestores, educadores e jovens, bem como a coleta de dados sobre o perfil dos participantes por meio de um questionário.

Designado Programa para Jovens, em Belo Horizonte o Agente Jovem foi implantado em 2000. Coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte (SMAS/PBH) e executado em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC/PBH),² o programa atendeu mil jovens por intermédio de 40 núcleos. Cada núcleo era formado por 25 jovens entre 15 e 18 anos. As atividades eram coordenadas por um(a) educador(a), morador(a) do local, que era também o(a) responsável direto(a) pelo planejamento e pela execução das ações. Os jovens se encontravam no mínimo três vezes por semana durante duas horas para atividades de arte, cultura, esporte e formação para a cidadania.

A escolha do Agente Jovem como objeto de pesquisa se deveu ao fato de tratar-se do programa para jovens da Prefeitura de Belo Horizonte com maior abrangência, estrutura e visibilidade. A pesquisa centrou-se em compreender os impactos do Agente

¹ O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano foi criado em 2001 pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Teve continuidade no governo Lula, no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Assistência Social. Em 2004 atendeu 56.963 jovens, em 1.077 municípios. Para 2006 a meta estipulada é atingir 121 mil jovens (Dados do *Relatório Anual de Gestão – Secretaria Nacional de Assistência Social e Fundo Nacional de Assistência Social/2004*). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/Relatorios>>.

² Atualmente Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

Jovem como política de transferência de renda para jovens, avaliando a sua dimensão educativa e o seu potencial para promover a inserção social dos jovens atendidos.

A primeira parte deste artigo situa o programa no bojo das iniciativas públicas voltadas para os jovens na região. Na segunda parte, há uma breve caracterização da comunidade, dos jovens e dos seus familiares, e, em seguida, a descrição do funcionamento do núcleo pesquisado. Por último, foram discutidas algumas questões emergentes na análise dos dados coletados.

2 O Agente Jovem no contexto das políticas públicas de juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Embora alguns autores (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002) constatem a existência das primeiras intervenções do Estado brasileiro voltadas para setores juvenis já no início do século XX, naquele momento reduzidas aos “menores”, a preocupação com o desenvolvimento de políticas públicas específicas para a juventude é um fato recente no Brasil (FREITAS; PAPA, 2003). Os estudos têm apontado que, somente a partir da segunda metade da década de 1990, surgiu um número maior de programas governamentais especificamente dirigidos aos jovens. (RUA, 1998; SPOSITO; CARRANO, 2003).

Um levantamento realizado sobre as políticas voltadas para a juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte revela a mesma realidade constatada em outras pesquisas sobre o quadro das políticas públicas para jovens no Brasil (DAYRELL, 2005). As ações são, em geral, pouco abrangentes, com reduzido número de iniciativas (58 programas e/ou projetos em 12 municípios pesquisados). São programas recentes, incidindo sobre jovens com até 18 anos de idade e focalizados naqueles em situação de risco social. Quanto aos objetivos e às concepções que orientam tais iniciativas, reforça-se a preocupação com ações corretivas e compensatórias, muitas vezes voltadas para a ocupação do tempo ocioso como medida preventiva e de combate aos problemas sociais que afligem esse público.

Entre as iniciativas encontradas pela investigação está o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social em parceria com os municípios e que tem como objetivo geral promover a inclusão social de adolescentes em situação de risco social. De maneira geral, a metodologia do projeto pretende oferecer experiências concretas de participação em ações comunitárias, como etapa imprescindível para o

desenvolvimento pessoal e social dos jovens, estimulando o *protagonismo juvenil* como um dos seus princípios.

Em Belo Horizonte, funcionavam, no período da pesquisa, 40 núcleos do Agente Jovem, implantados paulatinamente entre 2000 e 2002 por meio de convênios com ONGs, entidades filantrópicas e centros comunitários, atendendo um total de mil jovens. Os documentos sobre a concepção e a implantação do programa pela SMAS/PBH reiteram os mesmos objetivos explicitados em âmbito federal. Mas suas diretrizes metodológicas foram reformuladas, reforçando a centralidade do jovem no processo educativo, a autonomia juvenil como princípio educativo e a importância da interação com a comunidade, fazendo do núcleo um espaço aberto à participação comunitária (PREFEITURA DE BH, 2004a). Outra alteração importante refere-se ao tempo de permanência do jovem no programa. Em sua proposta original, esse tempo é de um ano no Agente Jovem. Em Belo Horizonte, esse período pode se estender por até três anos, encerrando-se com o desligamento dele ao completar 18 anos.

A responsabilidade de sua execução é das entidades conveniadas, que devem contratar os educadores, planejar e desenvolver as atividades, acompanhar e avaliar os jovens e participar das reuniões de formação e planejamento organizadas pela Prefeitura. À SMAS/PBH cabe a coordenação e a supervisão do programa, além do repasse de verbas e do material de apoio. A SMC/PBH seleciona, contrata e coordena o trabalho de *oficineiros* para as mais variadas oficinas de arte e cultura. À Secretaria Municipal de Abastecimento cabe fornecer o lanche aos 40 núcleos e à Secretaria Municipal de Esporte responsabilizar-se por possíveis atividades de esportes.³ Em 2004, a SMAS/PBH desenvolveu um processo de formação dos educadores dos núcleos, com encontros mensais, nos quais se discutiam temas relacionados à atuação do Agente Jovem. Mas, segundo os educadores entrevistados, tais encontros reduziram-se à discussão dos problemas existentes na relação da SMAS/PBH e as entidades, restando pouco tempo para uma reflexão das práticas desenvolvidas.

As adaptações produzidas no programa pela SMAS/PBH indicam um esforço no sentido de promover a participação e a autonomia juvenil, ampliar sua abrangência e fortalecer os seus vínculos com a comunidade. O *protagonismo juvenil* como eixo orientador do programa federal estaria, assim, sendo fortalecido. Ao mesmo tempo, sua

³ Segundo os educadores, tais responsabilidades não são cumpridas adequadamente em todos os núcleos. Muitos não contam com recursos suficientes para o lanche e com o profissional responsável pelas atividades esportivas.

execução ficaria sujeita aos dilemas, aos limites e às contradições observadas na implementação das políticas públicas de juventude e constatados pela primeira fase da pesquisa.

Assim, torna-se importante indagar se o desenvolvimento do programa, tendo em vista a experiência investigada, corresponde efetivamente aos propósitos definidos em sua formulação central e (re)orientações dadas pela coordenação municipal. Quais mediações entre a formulação e a execução feita pelos educadores foram observadas na experiência investigada? Como política de transferência de renda, o Agente Jovem na Turma da Vila⁴ contribuiu efetivamente para a emancipação dos jovens participantes da turma observada? Qual noção de participação juvenil orientou as ações socioeducativas da Turma da Vila?

3 O desenvolvimento do Projeto Agente Jovem na Vila

O Núcleo do Projeto Agente Jovem pesquisado era composto por duas turmas de 25 jovens, funcionando nos períodos da manhã e da tarde. Esse núcleo estava inserido no Programa BH Cidadania⁵ por meio do Núcleo de Apoio à Família (NAF) da Prefeitura de Belo Horizonte, que desenvolve projetos sociais para as famílias da região consideradas em situação de risco social. As atividades da pesquisa foram realizadas na turma do período da tarde.

3.1 Os jovens e suas famílias

Os jovens atendidos são moradores da Vila Sete de Setembro,⁶ uma área delimitada como de risco social, constituída de 713 famílias cadastradas no Programa BH Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte. Dos 25 jovens componentes da turma pesquisada, todos responderam ao questionário inicial sobre o perfil dos seus participantes. A maior parte dos jovens tinha 16 anos (40%), seguidos daqueles com 15 (28%) e 17 anos (24%). Havia, ainda, 8% de jovens com 18 anos incompletos.⁷ Quanto ao sexo, havia leve preponderância dos homens (52%) em relação às mulheres (48%). Quanto à raça, 32% se autodesignaram pertencentes à raça negra, 28% pardos e 20%

⁴ Nome fictício.

⁵ Projeto criado pela PBH com o objetivo de integrar as suas diferentes políticas sociais. As ações do BH Cidadania são articuladas pelos Núcleos de Apoio às Famílias (NAFs). Os dados gerais sobre a Vila referem-se ao *Relatório Estatístico das Áreas para Implantação do Projeto BH Cidadania da Regional de 2001*.

⁶ Nome fictício.

⁷ Um dos critérios para participar do programa é ter menos de 18 anos. Esses jovens completariam a idade limite durante o correr do semestre.

brancos. Todos os jovens estudavam e estavam matriculados na rede pública de ensino, 60% no período da manhã e 40% à noite. Apesar da idade, grande número deles ainda cursava o ensino fundamental (40%).

Em relação ao trabalho, 72% dos jovens declararam não exercer nenhuma atividade remunerada, 2 jovens trabalhavam informalmente (8%) e 3 tinham outras fontes de rendimento (12%). A bolsa era dividida com a família em 60% dos casos, e 32% dos jovens declararam gastar consigo mesmos o valor concedido. Ainda, 2 jovens (8%) declararam gastar todo o rendimento com a família. Quanto à participação, a maioria esmagadora deles disse não ter nenhuma forma de engajamento em práticas coletivas (92%). Apenas um participava de um grupo religioso.

No que diz respeito à situação familiar, a maioria residia com o pai e a mãe (56%) e outra grande parte (28%) vivia com o pai ou com a mãe. Em sua maioria eram todos solteiros e sem filhos, havendo apenas uma jovem que declarou ter um filho e morar com o parceiro. Eram, em geral, famílias compostas de 2 a 4 filhos (56%), mantidas pelos pais sem a participação dos filhos (72%), com preponderância da renda paterna (36%) sobre a materna (16%) como principal fonte de sustento. Destacam-se, entre os pais, o emprego com carteira assinada (28%), o trabalho autônomo (24%) e o rendimento de pensões (20%). Já entre as mães, 36% delas estavam desempregadas, 24% tinham carteira assinada e 12% trabalhavam informalmente. A maior parte dos pais desses jovens possuía o ensino fundamental incompleto (68% para os pais e 84% para as mães).

3.2 O Núcleo da Vila

A execução do programa na Vila ficou a cargo de uma ONG nascida nos movimentos populares da região há mais de 25 anos e que desenvolve programas sociais na área da formação profissional, atendendo grande número de jovens. Essa entidade atuava em parceria com a Prefeitura de BH, que era responsável por repassar as verbas para o programa, fornecer a estrutura física e o material de apoio, contratar educadores e supervisionar o seu funcionamento. A equipe do Agente Jovem local compunha-se de uma coordenadora-geral e de uma coordenadora local, vinculadas à entidade. Além delas, havia uma educadora da própria comunidade e uma *oficineira*,⁸ ambas contratadas pela Prefeitura de Belo Horizonte. Esta última, responsável pelas

⁸ Profissional contratada pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte para prestação de serviços em oficinas de artes plásticas, teatro, música, dança, etc.

atividades das oficinas de Artes Plásticas, estava vinculada à SMC/PBH.

O Núcleo da Vila funcionava em um imóvel especificamente alugado para esse fim, com uma pequena biblioteca; uma secretaria, onde era guardado o material de consumo; uma sala central que, às vezes, servia de espaço de trabalho da coordenação; e um salão maior, onde aconteciam as atividades do programa. Além disso, dispunha de mobiliário bem conservado, e ainda de um computador, de uma TV e de um vídeo. É significativo ressaltar que o local foi limpo e pintado pelos jovens em regime de mutirão. Tal infra-estrutura pode ser atribuída à ação da entidade conveniada. O fato de o Núcleo estar inserido em um programa estratégico da Prefeitura de Belo Horizonte, o BH Cidadania, também parece ter contribuído para isso.

O Núcleo promovia encontros diários, das 13h30 às 16h30, quatro vezes por semana, quando eram realizadas várias atividades: oficinas de Formação Humana e de Artes Plásticas e atividades de esporte e lazer. Apesar de contar com boa infra-estrutura em relação a outros núcleos, havia dificuldades quanto ao desenvolvimento das atividades, em decorrência de problemas na transferência de recursos para adquirir material de consumo, oferecer o lanche e fornecer a bolsa aos jovens.

Os jovens foram incentivados a participar das decisões e avaliações sobre o programa. Para isso eles elegeram um Conselho de Jovens cuja responsabilidade era acompanhar cada um dos projetos desenvolvidos por eles no programa. Tais projetos compreendiam a organização de uma biblioteca na sede do Núcleo para uso da comunidade; a oferta de aulas de reforço escolar para crianças de 1ª a 4ª série, duas vezes por semana; a oferta de um Curso de Violão aberto à comunidade; a organização de um Grupo de Teatro composto por jovens do Núcleo; a realização de visitas às escolas da região para ministrar palestras sobre DST/AIDS; a organização de atividades esportivas abertas a jovens e a crianças da comunidade e a elaboração de um jornal mensal para a comunidade, produzido pelos próprios jovens, que recebeu a denominação de Diário dos Jovens.

As atividades de Formação Humana compreendiam a realização de palestras e debates por meio dos quais podiam-se discutir temas considerados relevantes para a juventude, tais como sexualidade, relações familiares, direitos e deveres, respeito ao próximo, relação com a comunidade, etc. Houve preocupação em selecionar temas relevantes para os jovens, contando, até mesmo, com a sugestão deles. No entanto, isso não garantiu o envolvimento nas atividades propostas, as quais, muitas vezes, se transformaram em palestras, carecendo de maior participação de todos nas reflexões e

nos debates.

As oficinas culturais tinha duração de seis meses, alternando-se o tema a cada período. No semestre observado, o programa realizou oficinas de cartonagem, uma linguagem das artes plásticas aplicada na produção de encadernações, cartões-postais, porta-retratos, etc. Geralmente os encontros começavam com a organização do local e do material, o que absorvia parte do tempo da *oficineira*. As oficinas eram abertas com uma explicação sobre a atividade a ser realizada e sobre a técnica utilizada para aquele tipo de produção. Em geral, os jovens produziram objetos de decoração ou de uso pessoal (caixas, agendas, cadernos, porta-CDs) e texturas que eram utilizadas na produção desse tipo de material.

Uma vez explicada a técnica e os participantes tendo acesso às ferramentas e ao material utilizado, iniciava-se o trabalho. A *oficineira* acompanhava os jovens, que trabalhavam algumas vezes individualmente e outras em duplas ou em grupos. Esses momentos, em geral, eram tensos, já que uma parte deles não se envolvia com as atividades na forma como a *oficineira* havia concebido, preferindo fazer uso livre do tempo e do material. Mediante linguagem especializada, sem uma aproximação mais dinâmica e afetiva com os jovens, a *oficineira* insistia para que eles aprendessem os conceitos e as técnicas concernentes àquele tipo de produção, o que em alguns casos causava tensão entre ela e os jovens. Essas atividades aconteciam até o intervalo do lanche. Após esse período, todos eram convocados a reiniciar os trabalhos, o que ocorria com certa dificuldade.

As atividades de esporte e lazer eram realizadas todas as sextas-feiras. Nas semanas destinadas ao esporte, os jovens se encontravam em uma escola próxima, onde organizavam partidas e torneios de várias modalidades, principalmente futebol e vôlei. Já nas semanas destinadas ao lazer, realizavam-se dinâmicas e brincadeiras e projetavam-se filmes escolhidos por eles mesmos. Tais atividades não tinham o objetivo de promover reflexões entre eles, mas apenas proporcionar momentos de prazer.

Os jovens eram incentivados a avaliar constantemente as ações do Núcleo. Alguns pontos destacados nessas avaliações foram apresentados à equipe de pesquisa no primeiro encontro com o grupo e serviram como primeira aproximação com relação à avaliação que eles fizeram do Agente Jovem. De forma geral, foram indicados como pontos positivos do programa na Vila a atuação da entidade executora e a dos educadores. Além disso, aspectos ligados à sociabilidade (“o contato com outros jovens”) e a ocupação do tempo ocioso (“sair das ruas”, “deixar de ficar à toa em casa”)

foram ressaltados.

Os aspectos negativos citados foram: a grande rotatividade entre os jovens, a relação com alguns *oficineiros* que têm dificuldades de relacionamento com os jovens e a instabilidade/precariedade de funcionamento do projeto. Quanto a esta última questão, os jovens insistiam no descaso da Administração Municipal com relação ao Projeto Agente Jovem, o que se revelava no atraso recorrente do repasse das verbas e do material necessário para o funcionamento do Núcleo. No que tange às bolsas, embora a maior parte dos núcleos tivesse problemas de atraso, o recebimento delas na data estipulada era garantido pela ONG responsável, que arcava com os custos até que os recursos fossem depositados.

4 Algumas reflexões em torno da experiência pesquisada

A década de 1990 marcou a emergência de uma série de programas de transferência de renda no Brasil. Tais programas, de caráter redistributivo, têm como objetivo fazer frente ao crescimento das desigualdades sociais entre os jovens e seus familiares, por meio da transferência pecuniária àqueles que os frequentam, desde que cumpridas algumas condições, como a frequência à escola, o envolvimento nas atividades do programa e a execução de atividades comunitárias.

Alguns desses programas têm como público-alvo os jovens pobres, moradores das periferias dos grandes centros urbanos (CORROCHANO; SPOSITO, 2005). Esses jovens crescem em um contexto que Martins (1997) denominou de *novas desigualdades*. Nesse ambiente contraditório que marca a modernização da maior parte das sociedades latino-americanas, as pessoas têm acesso a um conjunto de bens e direitos, ao mesmo tempo em que lhes são negados outros. Essa inserção pela metade, precária e provisória, parece constituir um dos elementos centrais na experiência juvenil dos moradores da periferia dos grandes centros urbanos brasileiros. O Projeto Agente Jovem deve ser analisado como uma das iniciativas formuladas pelo poder público para atender os jovens afetados por esse quadro de inserção precária.

4.1 A bolsa

Uma primeira consideração a ser feita refere-se à importância e ao significado dessa fonte de renda para os jovens. Nesse contexto de surgimento de *novas desigualdades*, o acesso a alguma possibilidade de renda por meio das transferências oferecidas pelos programas sociais parece exercer grande atração. Assim, um primeiro

aspecto a ser analisado diz respeito ao uso da bolsa e ao significado atribuído a ela pelos jovens. Qual o seu impacto?

Segundo os depoimentos colhidos, são vários os motivos que levaram os jovens ao programa, a saber: a possibilidade de aprender algo, o incentivo dos pais e o desejo de ocupar o tempo de alguma forma. Associada a essas razões, havia a bolsa. Segundo relatou um dos participantes, ele foi inscrito no programa pela mãe, uma vez que “em casa precisa de uma verba assim por fora” (C, homem, 18 anos).

Da mesma forma, a educadora manifestou que a bolsa era muito importante para os contemplados, já que lhes permitia investir em bens de consumo que não eram prioritários no orçamento doméstico, como roupas e cosméticos. Segundo ela, os jovens passavam a ter melhor aparência física, “ficavam com a pele mais bonita”, melhoravam a alimentação.

De maneira geral, os jovens dividiam o valor recebido com a família, o que era visto como valor e obrigação moral. Apenas um declarou usá-lo todo consigo mesmo. No entanto, ele fez questão de ressaltar que o fato de ter a bolsa “dava uma folga no orçamento doméstico”, o que não deixava de ser uma contribuição. Tal prática estava vinculada à ética da retribuição comum nas famílias das camadas populares, como alguns estudos apontam (SARTI, 1996).

A parte reservada aos jovens tinha os mais variados destinos, como: compra de bens de uso pessoal (roupas, CDs, calçados, cosméticos, bijuterias), pagamento de cursos (teatro, forró, informática), aquisição de material escolar (livros, cadernos, xerox), financiamento de atividades de lazer (cinema, lanches, transporte, etc.). Um dos jovens relatou ter adquirido um computador à prestação.

Verificou-se amplo uso da bolsa. Apesar do seu baixo valor, ela oferecia um leque variado de significados para os jovens. Muitos ressaltaram que a bolsa interferiu nas relações familiares, visto que passaram a contar com maior reconhecimento por parte dos pais e se sentiram mais independentes. O fato de não precisar pedir mais dinheiro a eles para as suas atividades possibilitava-lhes o exercício de certa autonomia, facilitando as relações no âmbito doméstico.

Outro aspecto importante refere-se ao impacto na vivência juvenil. Primeiramente porque a bolsa lhes permitia consumir bens que são próprios da geração deles, como CDs, roupas e acessórios. Além disso, facilitava o convívio com outros jovens, por permitir que passassem a freqüentar festas e eventos sem necessitar da colaboração de outras pessoas. Assim, para eles, mesmo com um valor irrisório, a bolsa

ampliou as possibilidades de vivência da juventude.

Outro aspecto ressaltado por jovens e educadores refere-se à dimensão educativa do uso da bolsa, uma vez que exigia que os jovens tivessem responsabilidade e procurassem zelar pela administração dela. Isso permitia que muitos se preocupassem em fazer pequenas poupanças e a projetar o seu uso para demandas futuras.

Apesar dos aspectos positivos já referidos, caberia perguntar se os programas têm efetivamente proporcionado melhores condições de inserção social por meio de atividades adequadas, com qualidade suficiente para oferecer aos jovens oportunidades de integração plena ao mercado de trabalho e de prosseguimento de seus estudos. Um argumento favorável às políticas de transferência de renda para jovens é o fato de elas se constituírem em ampliação da moratória econômico-social, afastando os jovens do mundo do trabalho para que eles se dediquem à sua formação escolar e profissional (POCHMANN, 2002). Pelo depoimento dos jovens e dos educadores, a bolsa permite aliviar por um período de tempo a pressão econômica cotidiana vivida pelas famílias desses jovens. No entanto, considerando seu baixo valor e atrasos constantes, podemos dizer que, como política social de transferência de renda, o Agente Jovem está distante de promover as condições adequadas de uma inserção social e profissional diferente da dos seus pais e irmãos. Como ressaltam Corrochano e Sposito (2005), a simples transferência de pequenos recursos aos jovens, individualmente, sem programas que possibilitem o acesso a condições adequadas de inclusão social, pode significar a simples transferência aos sujeitos da responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso em termos de ascensão econômico-social.

4.2 Inserção escolar

Um dos objetivos do programa é promover a inserção escolar dos participantes, incentivando a sua permanência e o bom aproveitamento. Isso foi realizado na Vila pelo acompanhamento da frequência dos jovens, por meio de relatórios mensais encaminhados pelas escolas. Havia uma preocupação em incentivá-los a estudar, principalmente recorrendo às escolas para resolver problemas de matrículas quando isso ocorria. Segundo os profissionais que atuavam no Núcleo, havia um impacto positivo na experiência escolar dos jovens, que passavam a estudar mais. A *oficineira* constatou em seu depoimento que as habilidades desenvolvidas em suas aulas eram aproveitadas pelos participantes nas tarefas escolares. Para a educadora, no entanto, foi difícil dimensionar tal impacto, uma vez que não havia um acompanhamento mais próximo do

rendimento escolar desses jovens.

Pelo que pudemos observar, não havia também uma articulação adequada entre as instituições escolares e o programa, que se restringia ao contato com diretores e ao acompanhamento da frequência. A educadora revelou ter dificuldades em se encontrar com os profissionais da escola, quase sempre muito atarefados e com pouca disponibilidade para dialogar.

Os impactos positivos ressaltados pelos jovens geralmente estavam vinculados à mudança de postura na sala de aula (“concentração”, “capacidade de trabalhar em grupo”, “falar mais”) e à vida escolar em geral (“estudar mais”, “envolvimento”). Assim, os resultados quanto à trajetória escolar dos jovens estavam ligados ao fato de que envolver-se nas atividades do programa gerava alguns efeitos positivos na relação dos jovens com a escola, principalmente no que tange ao interesse por estudar e à sociabilidade.

Não se percebeu uma relação com o sistema escolar mais bem articulada, com canais de comunicação que aproximassem mais esses espaços, ampliando o alcance de ambos. Parece ser recorrente nos programas voltados aos jovens uma tendência a se constituírem em ações paralelas aos sistemas escolares. São experiências que ocupam grande parte do tempo deles, mas que se distanciam umas das outras.

No caso da Vila, o controle estabelecido sobre a frequência escolar dos jovens permitiu que todos permanecessem matriculados. No entanto, pelos depoimentos colhidos, a escola era vista como um fardo, a que muitos se sujeitavam, constrangidos pelo interesse pela bolsa. Assim, a inclusão escolar proporcionada pelo Agente Jovem não tocava nos pontos nevrálgicos da trajetória escolar dos jovens, como a má qualidade do ensino, a difícil relação entre os professores e os alunos, a ausência de sentido para muitas atividades realizadas na escola, a ausência de diálogo entre a instituição escolar e os agrupamentos juvenis, etc.

4.3 Atividades socioeducativas

Durante o período observado, foram oferecidas aulas de cartanagem, que aconteciam duas vezes por semana. Em geral, os jovens participavam das atividades propostas pela *oficineira*, mas havia níveis diferenciados de envolvimento. As meninas tendiam a se envolver mais, cumprindo todas as tarefas solicitadas com mais dedicação. A maioria dos jovens, no entanto, executava as atividades como obrigação, muitas vezes usando esse tempo para brincadeiras.

Deve-se ressaltar que o curso foi definido pela capacidade de oferta da SMC/PBH, e não da demanda dos jovens. Nas entrevistas, alguns se recordaram das oficinas anteriores com as quais se identificaram, como grafite e dança. O fato de os jovens não escolherem o curso oferecido dificultava a construção de uma relação significativa com os conteúdos ali tratados. Isso, no entanto, não impedia que continuassem freqüentando as atividades. Pelo contrário, apesar do aparente tédio que dominava algumas aulas, os jovens estavam sempre presentes. Essa situação gerava, algumas vezes, conflitos entre a *oficineira* e eles. Por não pertencerem à comunidade, como foi citado acima, criava-se um distanciamento entre os sujeitos, gerando alguns conflitos.

Aliada a isso havia uma expectativa da *oficineira* de que os jovens aprendessem a técnica da cartonagem em si, dominando termos técnicos e habilidades. O desejo de perfeição, muitas vezes, gerava conflitos entre ela e os jovens, segundo nos relatou a educadora:

Tem um problema com os oficinairos. Eles não entendem a realidade dos meninos. [...] eles cobram do jovem um postura que eles não vão ter assim, de cortar na medida certa [...] Tem que fazer perfeito. [...] E as vezes os meninos ficam chateados, revoltados com isso e desistem da oficina. [...] pra eles aquilo era o melhor que eles tinham feito (C, educadora).

Outras atividades socioeducativas eram as oficinas de formação humana, que aconteciam uma vez por semana, com uma variedade grande de temas. Foram citados pelos jovens nas entrevistas: Poder Legislativo, drogas, sexualidade, relações familiares e posturas e valores no trabalho em grupo. Havia uma preocupação em ouvi-los com relação às temáticas que gostariam de discutir e em manter certa linearidade no planejamento do conteúdo dessas atividades; porém, notava-se certa desarticulação entre eles. Saltavam de um conteúdo a outro sem que se percebesse um eixo articulador. Além disso, nem sempre as opiniões deles eram confrontadas com outras possíveis perspectivas, havendo certa legitimação do senso comum.

Os jovens, no entanto, não manifestaram críticas às oficinas de formação humana. Apenas um deles registrou que os conteúdos se repetiam muito, tornando-se cansativos. Os depoimentos tenderam a destacar aprendizados relativos a valores

(“responsabilidade”, “respeito”, “compromisso”, “tolerância”), à postura (“ouvir”, “respeitar”) e à sociabilidade (“trabalhar em grupo”, “vencer a timidez”, “falar em público”, “ler em público”, “se mais comunicativo”). Esses aprendizados não se referem especificamente às oficinas de formação humana, mas ao que os jovens consideravam que aprenderam no programa. Entretanto eles estão fortemente ligados a essa atividade, tendo em vista que eram nesses momentos que tais valores eram tratados de maneira sistemática.

O modo como essas atividades eram conduzidas revela a permanência e a reprodução de vários elementos e práticas típicos do universo escolar tradicional. Apesar do distanciamento entre a escola e o programa, uma matriz escolarizada se impunha como modelo educativo dominante, tomando-se por base algumas características, como a divisão e o controle do tempo e do espaço, o método transmissivo, o controle da presença, a prescrição de atividades, etc.

4.4 Participação social e comunitária

Como visto, um dos objetivos do Agente Jovem é promover a participação dos jovens na comunidade mediante o desenvolvimento de atividades de intervenção nos problemas e nas demandas locais. Os jovens da Vila desenvolviam vários projetos (esportes, reforço escolar, teatro, aula de violão, jornal do Agente Jovem) como contrapartida aos benefícios concedidos pelo programa. Havia também, por parte da equipe local, uma postura em incentivar a participação deles em atividades comunitárias e em outras instâncias para além da comunidade (seminários sobre Políticas Públicas para a Juventude, encontros do Conselho de Assistência Social, etc.). No entanto, segundo essas equipes, faltava estrutura para que os jovens pudessem, efetivamente, participar dessas atividades, principalmente no que tange ao custo do transporte.

De acordo com a educadora, o interesse pela participação na comunidade varia muito de jovem para jovem. Ela chegou a citar alguns casos de participação em agrupamentos juvenis (grupos de *rap*, grupos de jovens), em grêmios estudantis e em atividades que ocorreram na comunidade. Pelo que pudemos perceber, a atuação na comunidade é algo difuso e pontual, tendo em vista que a própria Vila não conta com canais de participação abertos aos jovens e aos moradores em geral.

Inicialmente torna-se necessário problematizar o fato de que os projetos sociais voltados aos jovens pobres têm sido marcados pela exigência de contrapartidas, o que não se verifica em relação a outras classes sociais. Além disso, os projetos acabam se

diluindo em ações momentâneas e improvisadas, com certo viés assistencialista, uma vez que não contam com recursos e estrutura apropriados. Ainda é necessário ponderar se o programa não traz uma visão idealizada de comunidade que tem como referência os movimentos populares de décadas passadas. Realmente, os jovens da Vila não têm canais de participação efetivos em que possam atuar como agentes comunitários, o que acaba por conferir um sentido vago à participação e à ação comunitárias.

5 Considerações finais

A análise da experiência acompanhada no Agente Jovem indica algumas recorrências no terreno das iniciativas públicas para a juventude no Brasil que, pela sua permanência, parecem constituir matrizes de um “modelo” de ação do Estado diante da questão juvenil. Tal constatação não pretende negar as peculiaridades e as adaptações feitas na formulação local e na implantação dos vários programas, tendo em vista que as políticas públicas constituem um campo aberto de disputa em torno de representações sociais, concepções e interesses diversos.

Parece ser uma marca das ações a tendência a reproduzir o modelo escolar por meio de uma rede paralela aos sistemas de ensino. Durante boa parte do dia, os jovens atendidos ficam submetidos à forma escolar sem a mesma qualidade das escolas de tempo integral dos filhos das classes médias e altas. Esse tempo é ocupado pela ação dos profissionais – educadores, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, etc. – que, geralmente, se voltam para ensinar aos jovens valores, saberes sociais e habilidades técnicas consideradas relevantes para uma “juventude saudável”. Há uma preocupação em regular a vida dos jovens mediante a prescrição de valores e condutas. O conteúdo das atividades socioeducativas, muitas vezes, assume um tom normativo que remete às origens de um poder disciplinar típico da escola moderna (KOHAN, 2003). Caberia perguntar se muitos desses projetos não se configuram como uma complementação à ação disciplinadora das escolas que, no contexto das transformações contemporâneas, não têm garantias de exercer com eficácia tal poder.

Não por acaso, a preocupação em disciplinar e moralizar a vida dos jovens emerge num contexto em que a liberdade individual nunca foi tão valorizada. Por exemplo, no plano do discurso pedagógico contemporâneo, prepondera a idéia de um estudante autônomo, reflexivo, capaz de manipular o seu conhecimento e tomar iniciativas. Da mesma forma, no âmbito do trabalho, diferentes vozes tendem a defender um modelo de profissional empreendedor e capaz de zelar pela sua “empregabilidade”.

Ao mesmo tempo em que se tem a hegemonia desse ideal de indivíduo livre, há preocupação em criar mecanismos de controle e regulação de sua ação. A isso, somam-se os “perigos” da pobreza e da juventude, e, então, o poder disciplinador torna-se imprescindível.

Assim, poderíamos dizer que muitos programas para a juventude caracterizam-se como forma de gestão da liberdade dos jovens pobres. Tal liberdade significa muitas vezes a transferência ao sujeito da responsabilidade pelo seu futuro, sem que se lhe ofereçam bases materiais adequadas de gestão dessa liberdade. Numa sociedade complexa (MELUCCI, 1997), na qual prepondera alto grau de diferenciação, os sujeitos têm muitas possibilidades de escolha. No entanto, os jovens pobres, vivendo as condições de uma inserção precária, não têm acesso a um amplo cardápio de possibilidades como aqueles de outras camadas sociais.

Além disso, perpetuando uma matriz constante na ação com os jovens pobres, há a preocupação de que tal liberdade seja vigiada, por meio da concessão de uma autonomia tutelada. Já presente nas suas formulações, com diferentes matizes, dependendo da equipe envolvida nos programas, reproduz-se também na ação cotidiana dos projetos a preocupação em ocupar o tempo livre dos jovens e tirá-los da rua com atividades muitas vezes recheadas de conteúdo moral.

Embora tenham alguns aspectos positivos, as contrapartidas exigidas dos jovens – envolvimento em atividades comunitárias, permanência na escola, frequência ao programa – transformam-se em mecanismos de controle do tempo livre em virtude da precariedade e da improvisação em que, na maioria dos casos, os programas são desenvolvidos. Pode-se dizer que se pretende ensinar aos jovens como administrar a sua inclusão pela metade, ou seja, como administrar a distância entre as promessas da modernização – consumo, informação, liberdade de escolha, novas possibilidades ocupacionais – e o que efetivamente pode ser alcançado. A imposição de um tempo liberado em virtude do desemprego, das poucas chances de investimento na sua preparação profissional e da carência de oportunidades de fruição do tempo livre é remediada com essas ações pontuais que têm repercussão limitada em termos de vivência plena da condição juvenil.

Referências

BELO HORIZONTE. Prefeitura. Secretaria Municipal de Coordenação das Políticas Sociais. *Programa para jovens: avaliação*. Belo Horizonte, ago. 2004.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Coordenação das Políticas Sociais. *Programa para jovens: resumo*. Belo Horizonte, 2004a.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social. Portaria n. 879, de 3 de dezembro de 2001. Estabelece normas e diretrizes do projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e do Projeto Centro de Juventude. Brasília, 2001.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma de fazer políticas – políticas de/para/com juventudes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, p. 19-46, jul./dez. 2002.

CORROCHANO, Carla; SPOSITO, Marília Pontes. A face oculta dos programas de transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 2, n. 17, p. 141-172, nov. 2005.

DAYRELL, Juarez. *Relatório preliminar da pesquisa Juventude, Escolarização e Poder Local*. 2005. Mimeo.

FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

KHOAN, Walter. *Infância: entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MELUCCI, Alberto. *Movimentos sociais e sociedade complexa: movimentos sociais na contemporaneidade*. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre Movimentos Sociais/PUC-SP, abr. 1997a. p. 11-63.

POCHMANN, Márcio (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Cortez/Fundação Perseu Abramo, 2002.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento/CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SPOSITO, Marilia Pontes; CARRANO, Paulo. Juventud y políticas públicas en Brasil. In: *Políticas públicas de juventud en América Latina. Políticas nacionales*. Viña del Mar: Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas – CIDPA, jul. 2003 [2003]. p. 265-303.